

Urbanização-surpresa prejudica 700 pessoas

A "urbanização" de Cr\$500 milhões da prefeitura, destinados a um projeto de cunho social, com a criação de 2.583 lotes, está sendo realizada (e às pressas) numa área que já tem dono. Aliás, um dono só, não — o número exato de proprietários de lotes na área em questão (744 mil metros quadrados na chamada Mussurunga III) é de 700 pessoas. A constatação foi feita por uma dessas pessoas, o laboratorista Ivan Gomes de Rezende que, ao abrir o jornal A TARDE da última sexta-feira, ficou desesperado ao ver que o sonho de uma casa própria estava sendo soterrado pelas oito máquinas que lá foram colocadas pela prefeitura há três dias.

A surpresa de Ivan Gomes não parou por aí. Durante todo o dia ele tentou, em vão, falar com um dos titulares das secretarias municipais de Ação social e de Comunicação, além da Surcap. O passo seguinte foi dado em direção à imobiliária responsável pela transação comercial do terreno que possui — a Empreendimentos Serra Dourada —, mas a única resposta obtida foi que aguardasse. "Aguardar o quê? Perder o que fiz com tanto sacrifício para ter?" questionou, mostrando documentos comprobatórios de posse e quitação do lote número sete, quadra D, na Rua D, do loteamento Condomínio Colina das Nascentes II. No final da tarde, quando compareceu ao jornal para denunciar o fato, certificou-se, através de um telefonema da repórter de plantão para a imobiliária, que todo o loteamento tinha sido desapropriado pela prefeitura em caráter de urgência, nos dias 14 e 15 de maio último.

A informação da desapropriação foi obtida através do sócio-gerente da imobiliária Armando Alves de Souza, que confundiu a repórter com uma das proprietárias. Solicito, ele informou não só da desapropri-



Foto: Arestides Baptista

O dono de um dos lotes mostra planta e documentação de propriedade

ção, como também assegurou que todos seriam indenizados, e que a imobiliária até já havia reservado uma sala especialmente para atender aos 700 proprietários, a partir da próxima semana, de lotes dos cinco condomínios lá projetados no que antes foram fazendas.

— "É um absurdo", reagiu o laboratorista, revoltado. "É como se quisessem arranjar uma justificativa para o sumiço dos Cr\$500 milhões. Por que então não arran-

jaram um lugar sem dono? São 700 pessoas nesta situação!", exclamou, sem acreditar que até agora a imobiliária não os tivesse comunicado a respeito, já que a desapropriação ocorreu há quase três meses. Para adquirir o lote que julgava possuir, Ivan Gomes teve que vender alguns bens, como um aparelho de som. A primeira parcela, conforme seus recibos, datados de 12/09/1989, foi de Cr\$1.200,00, mais cinco outras de igual valor. Até mesmo os Cr\$105 mil que gastou, posteriormente, com a documentação final, incluindo pagamento de IPTU, além da planta da futura casa, que a prefeitura exigiu, tiveram sua cota de sacrifício.

No loteamento onde, segundo Ivan Gomes, já existem algumas casas construídas, o acesso foi interditado e quem estava em processo de construção teve sua obra embargada pela prefeitura. Na foto da matéria publicada por A TARDE, onde aparece só terra revolvida, havia vegetação, mas não o suficiente que impedisse a visão de lotes demarcados com piquetes. "Na reportagem de hoje (sexta-feira), ele (o superintendente da Surcap Cleber Isaac) expressou preocupação com a possibilidade de invasões. Entretanto, o loteamento já perdeu sua área verde para invasões", disse. Outra constatação é a de que, enquanto as máquinas estão na área há três dias, os recursos oriundos do Ministério da Ação Social tiveram a primeira parcela liberada em 19 de fevereiro passado, no valor de Cr\$171.466.570,40. Em seguida, uma coincidência: a data de publicação da desapropriação, em caráter de urgência, no Diário Oficial do Município, é a mesma da liberação da segunda parcela do orçamento, de Cr\$167.688.406,50. A terceira e última delas saiu dos cofres bancários em 20 de maio último, no total de Cr\$160.845.023,20.

Imobiliária confirma

"Diálogo entre a repórter de plantão e o sócio-gerente da imobiliária na tarde de sexta-feira, por telefone.

— Boa tarde, aqui é uma repórter de A TARDE. Gostaria de falar com um diretor ou gerente sobre o loteamento em Mussurunga?

— Aqui é Armando, pode falar.

— É sobre o caso do loteamento lá em Mussurunga, como é que fica o caso, se a prefeitura já está fazendo uma urbanização no local...

— Mas a área está desapropriada...

— Como desapropriada? Quando é que foi desapropriada?

— A senhora é proprietária de um lote? Olhe, a desapropriação está no Diário Oficial do Município de 14 e 15 de abril. Está aqui... (e lê o início do decreto de desapropriação, em caráter de urgência). Nós também tivemos ciência desse ato recentemente, fomos colhidos de surpresa, com as máquinas na área...

— E agora?

— Agora, o pessoal tem que se habilitar para a indenização.

— A desapropriação foi em abril e só agora que a gente fica sabendo? Vocês nem se deram ao trabalho de avisar...

— Nós já estamos fazendo cartas, mui-

tos não têm telefone... Olhe, a senhora vem aqui e lhe dou todas as informações. Tem uma sala já definida aqui no escritório para atender a todo mundo. Vai ter indenização, sim.

— E quanto às obras embargadas pela prefeitura, juntamente com as casas já construídas?

— Não se preocupe, vai ter indenização.

— O senhor é diretor, gerente da firma?

— Não, sou sócio-gerente. Passe aqui a partir de segunda-feira, que a senhora terá todas as informações.

— Muito obrigada.

Os "nós" da questão

Ganhar tempo. O que durante uma semana permaneceu no terreno da suspeita se confirma, com a declaração do laboratorista Ivan Gomes, de que somente há poucos dias as máquinas da prefeitura começaram a trabalhar na área que seria destinada ao projeto de urbanização de lotes em Mussurunga. A verdade é que os repórteres do Jornal do Brasil pegaram a administração municipal de "calças curtas", quando cobraram a aplicação da verba de Cr\$500 milhões: já tendo sido liberadas as três parcelas do convênio firmado com o governo federal, com "prestação de contas" (!) e tudo, simplesmente não havia obras a apresentar. Era preciso, pois, ganhar tempo. E enquanto a imprensa era espistada, primeiro, com o chefe do Exército fazendo-se de "esquecido", e depois fazendo os repórteres a procurarem, em oposição, as obras, as máquinas traba-

lhavam freneticamente em Mussurunga, abrindo caminho no barro e derrubando árvores.

Mas a denúncia do laboratorista desata apenas um dos nós da questão. Durante o jogo de "esconde-esconde" da prefeitura, fontes ligadas aos bastidores do Palácio Tomé de Souza faziam circular a informação de que o projeto de urbanização para o qual o governo federal tinha canalizado vultuosos recursos, a fundo perdido, destinava-se à transferência das famílias da Invasão das Malvinas, implantada em terreno pertencente ao espólio Visco. Para liberar a valorizada área, o espólio teria doado outro terreno de sua propriedade, em Mussurunga, para que a prefeitura transformasse em lotes urbanizados, e com a verba pública, relocasse as famílias.

Por si só questionável, o pano de fundo do projeto ganha agora cores mais turvas, com a informação de que no tal terreno já estão instaladas 700 famílias, com seus devidos títulos de propriedade. Muitos dos imóveis, inclusive, foram adquiridos à Imobiliária Serra Dourada, que, confundindo a repórter Vera Schumann com uma de suas clientes, abriu de vez o jogo. Não é preciso entrar no mérito da propriedade da terra para discutir o fundamental. Seja de quem for verdadeiramente o terreno, o fato é que está sob litígio, que ninguém de sã consciência acredita va resolver-se rápida e facilmente. E o dinheiro já engavetado? É muito não para pouca corda, que talvez só com a visita do secretário nacional da Habitação, Ramon Arnos, se consiga desembarcar.

Suzana Varjão